



# Anais da Assembléia

N.º 12

CURITIBA, QUINTA-FEIRA EM 14 DE MARÇO DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 8.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 1985.

(QUINTA-FEIRA).

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, Secretariada pelos Senhores Deputados: Anibal Khury e Tércio Albuquerque.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zannusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguo setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 02/85

Curitiba, 27 de fevereiro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa

Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva aplicar, na concessão de gratificação adicional por tempo de serviço, aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e aos Procuradores junto ao mesmo Tribunal, os critérios estabelecidos pelo art. 77, da Lei n.º 7.297, de 8 de janeiro de 1980, com a redação dada pela Lei n.º 7.878, de 4 de julho de 1984.

A medida ora submetida a exame dessa Augusta Casa de Leis respalda-se nos preceitos constitucionais consubstanciados nos parágrafos 3.º, 4.º e 5.º, do art. 41, da Constituição Estadual, através dos quais é estabelecida igualdade de garantias entre Desembargadores do Tribunal de Justiça e Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado; destes com os Auditores da referida Corte de Contas; e destes com os Procuradores junto ao mesmo Tribunal.

Recentemente, pela Lei n.º 7.878, de 4 de julho de 1984, o art. 77 da Lei n.º 7.297, de 8 de janeiro de 1980, teve sua redação alterada, com vistas a adotar novos critérios para concessão, ao Magistrados, de gratificação adicional por tempo de serviço. Diante desse fato e com base nos dispositivos constitucionais citados, e, ainda, tendo vista solicitação, nesse sentido, contida no incluso Ofício n.º 174/85 que me foi encaminhado pela Presidência do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, a medida em causa afigura-se inteiramente justa e oportuna.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - A gratificação adicional por tempo de serviço aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e aos Procuradores junto ao mesmo Tribunal será concedida na conformidade dos critérios estabelecidos pelo art. 77, da Lei n.º 7.297, de 08 de janeiro de 1980, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 7.878, de 4 de julho de 1984.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1.º de janeiro de 1985.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 42/85

Curitiba, 1.º Março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios ce-

lebrados em 28 de dezembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios de Apucarana, Araruna, Assis Chateaubriand, Astorga, Atalaia, Cambira, Cianorte, Jandaia do Sul, Japurá, Londrina, Marilena, Munhoz de Mello, Paranavaí, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, São Pedro do Ivaí, Terra Boa, Terra Rica, Ubatã, Umuarama e Wenceslau Braz, com a participação da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná - SUCEPAR, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA  
Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 43/85

Curitiba, 1.º Março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados em 31 de outubro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os Municípios adiante mencionados, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros do Programa de Mobilização Energética - PME/Pr, na implantação de obras que beneficiem o sistema de transporte de passageiros:

Município	N.º do Convênio
Almirante Tamandaré	50/84
Campo Largo	51/84
Colombo	52/84
Piraquara	53/84
São José dos Pinhais	54/84

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA  
Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 44/85

Curitiba, quinta, em 14.03.85

Curitiba, 1.º Março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios de Auxílio e Cooperação, celebrados em 7 de novembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os Municípios adiante mencionados, com a interveniência da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR e objetivo de aplicar recursos financeiros do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano - FUNDU, visando melhoria dos sistemas de transporte:

Município	N.º do Convênio
Apucarana	01/84
Cascavel	02/84
Foz do Iguaçu	03/84
Guarapuava	04/84
Londrina	05/84
Maringá	06/84
Paranaguá	07/84
Paranavaí	08/84
Ponta Grossa	09/84

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA  
Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 45/85

Curitiba, 1.º Março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 22 de novembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios adiante mencionados, objetivando a adoção de ação conjunta para a execução de obras integrantes do PROJETO PROSAFRAS:

Municípios	N.º do Convênio
Centenário do Sul	56/84
Iporã	114/84
Jesuítas	136/84
Manoel Ribas	156/84
Miraselva	171/84
Missal	172/84
Presidente Castelo Branco	219/84
Renascença	231/84
Santa Inês	252/84
Santa Fé	250/84
Sertaneja	282/84
Tupãssi	299/84

O interesse público na aprovação da me-

dida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ  
Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 46/85

Curitiba, 1.º Março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados, em 10 de dezembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, objetivando a execução e implementação de atividades constantes do "III PROJETO EBTU/BIRD, sub-projeto PRO-PAV", que visa a implantação de obras que beneficiem o sistema de transportes públicos:

Município	N.º de Convênio
Araucária	55/84
Colombo	56/84
Piraquara	57/84

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ  
Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 47/85

Curitiba, 1.º Março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio de Auxílio e Cooperação Técnica n.º 62/84, celebrado em 27 de dezembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Almirante Tamandaré, com a participação da Coordenação da Região de Curitiba - COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros da COMEC, na execução de obras públicas, no Município signatário.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio

texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ  
Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada, por 10 sessões, do Projeto de Lei n.º 178/84, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA.

Sala das Sessões, em 14/03/85.

(a) MÁRIO PEREIRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a dispensa da publicação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 192/80.

Sala das Sessões, em 14/03/85.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o adiamento por 3 (três) sessões da votação do Projeto de Resolução n.º 20/84.

Sala das Sessões, em 14/03/85.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa da publicação da Redação Final para o Projeto n.º 192/80, aprovado na sessão de hoje, sem emendas no decurso de sua votação.

Sala das Sessões, em 14/03/85.

(a) SABINO CAMPOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um VOTO DE CONGRATULAÇÃO pelo transcurso do aniversário do Município de Grandes Rios, em 14 de Março de 1985.

REQUER, ainda, que do presente se dê

ciência ao Senhor EDSON SILVA LINO, Digníssimo Prefeito Municipal, bem como ao Vereador JOSÉ AUGUSTO BARBOSA, Mui Digno Presidente da Câmara Municipal de Grandes Rios.

Sala das Sessões, em 14/03/85.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Telepar-Telecomunicações do Paraná, objetivando a implantação de um posto telefônico na localidade de Três Vendas, pertencente à Municipalidade de Fênix.

O Excelentíssimo Senhor José Eduardo integrante do Poder Legislativo de Quinta do Sol, Município que é o autor da presente reivindicação. Este afirma ser de fundamental importância a implantação de um posto telefônico na citada localidade, tendo em vista que as pessoas que atualmente residem em Três Vendas, estão desprovidas de qualquer tipo de comunicação.

Neste sentido, espera-se dessa Companhia, a realização de estudos no sentido de avaliar as reais possibilidades de atender o que ora é reivindicado, concretizando uma antiga reivindicação da coletividade.

Sala das Sessões, em 14/03/85.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

##### SÚMULA:

REQUER envio de ofício à Fundepar, através da Secretaria de Estado da Educação, encarecendo a destinação de materiais, que abaixo especifica, para CEMIC- Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade, Localizado na Municipalidade de Moreira Sales.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR-Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, encarecendo a destinação de materiais, que abaixo especifica, para o CEMIC-Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade, localizado na Municipalidade de Moreira Sales.

O CEMIC é uma instituição que surgiu para dar uma verdadeira orientação ao menor, oferecendo-lhe condições de integrar

dentro da sociedade, já tendo realizado relevantes serviços prestados naquela progressista cidade. Tendo sido inclusive reconhecida como órgão de utilidade pública, através da Lei n.º 023 de 1981.

Sua Diretoria atual, dentro de uma filosofia humanística, tem procurado ampliar sua atuação. Neste sentido pretendem os seus Diretores, especialmente o ilustríssimo Senhor Wilson Ribeiro Fagã, Presidente e o Ilustríssimo Senhor Luiz Sanches Parra, Diretor, de acordo com correspondência remetida, afirmam ter o CEMIC a necessidade urgente de novos materiais permanentes, descritos abaixo.

- Dois arquivos de aço com cinco gavetas;
- seis armários de madeira com duas portas;
- oito mesas para a sala de aula;
- duas escrivaninhas;
- dez cadeiras;
- dois armários de aço com duas portas.

Espera-se dessa FUNDEPAR e Secretaria de Estdo da Educação a colaboração necessária, destinando tais materiais.

Sala das Sessões, em 14/03/85.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores JOSÉ RICHÁ, Governador do Estado; ARMANDO JORGE DE OLIVEIRA CARNEIRO, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, e JOSAPHAT LONA CLETO, Procurador Geral da Justiça, solicitando urgência na conclusão dos estudos que têm por objetivo ficar os vencimentos dos cargos iniciais da Magistratura e do Ministério Público em valores mais condignos, desde que a limitação que impedia melhor remuneração à carreira da Magistratura, dada a fixação dos vencimentos de Ministro do Supremo Tribunal Federal em vigor à época da elaboração da Mensagem que tratou da majoração de vencimentos do funcionalismo público estadual já foi alterada.

Sala das Sessões, em 14/03/85.

(a) NILSO SGUAREZI e

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

#### JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a limitação contida no Decreto-Lei Federal n.º 2.172, de 19 de novembro de 1984, os vencimentos de Desembargador foram fixados, a partir de 1.º de janeiro do corrente ano, em Cr\$ 2.016.134, resultando, na forma do artigo 76 do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, na fixação de apenas Cr\$ 1.313.278 para os Juízes e Promotores Substitutos.

Embora se pondere que esses parcos vencimentos seriam compensados com a gratificação adicional por tempo de serviço, forçosamente temos que reconhecer que, exatamente os ocupantes dos cargos iniciais de ambas as carreiras quase não têm tempo de serviço e, por serem solteiros ou casados há pouco tempo, descontam maiores percentuais relativos ao Imposto de Renda.

Paralelamente, existe uma Representação argüida pelo Estado do Paraná, com o objetivo de impugnar a forma de cálculo adotada atualmente para o pagamento da gratificação por adicionais (quinqüênios de serviço).

Elaborada antes de se conhecer as normas adotadas pelo Governo Federal a Mensagem que resultou num aumento de aproximadamente 70% aos Magistrados e membros do Ministério Público, tomando-se em consideração a elevação do percentual da verba de representação de 60% para 100% ou de apenas 36% sobre os vencimentos básicos fixados anteriormente, a Mensagem deixou de levar em conta o permissivo de elevação desses valores em até mais 75%, percentual em que foram majorados os vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, a partir de 1.º de janeiro do corrente ano.

Assim sendo, os reflexos negativos já foram notados nos meses de janeiro e fevereiro de 1985, quando os Juizes e Promotores Substitutos, dentro de suas atribuições, passaram a dar atendimento a várias comarcas, simultaneamente, tornando-se os seus vencimentos insuficientes.

O mesmo está ocorrendo em relação aos Magistrados e Membros do Ministério Público, que contam com menos de 25 anos de serviço, pois o chamado "efeito cascata" dos adicionais por tempo de serviço instituídos pela Lei n.º 7878/78, e Lei Complementar n.º 20/78, não chegam a sentir os efeitos dessa gratificação que até ali permanece insignificante e somente se torna perceptível e realmente vantajosa para aqueles que possuem mais de 25 anos de serviço público.

A propósito, se for julgada procedente a Representação que deverá ser incluída em pauta brevemente pelo Supremo Tribunal Federal, quase nenhum significado passará a ter a gratificação adicional por tempo de serviço, restando aos Magistrados e Promotores de Justiça somente a complementação do vencimento básico resultante da verba de representação.

Sugerimos que a verba de representação seja elevada, e que sejam aproximadas para um percentual menor a diferença de vencimento de Entrância para Entrância, conforme já foi propugnado anteriormente, pela Liderança do Governo e do PMDB junto a esta Casa.

Confiando nas gestões que se encontram em andamento, desde que o assunto deve ser resolvido entre os Chefes dos Poderes Executivo e Judiciário, ouvido o Procurador Geral da Justiça, pois qualquer solução importará na extensão do benefício aos integrantes da carreira do Ministério Público, e atendendo aos insistentes e justos apelos das partes prejudicadas, solicitamos que nova Mensagem seja remetida com brevidade a esta Assembléia, onde receberá, com certeza, a melhor atenção por parte dos Parlamentares que aqui tomam assento, desde que o problema tornou-se por demais conhecido e merece ser apreciado com urgência.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja oficiado ao Ilustríssimo Senhor Diretor Presidente da SANEPAR- Companhia de Saneamento do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, solicitando implantação de mais um reservatório de água, na Vila Bela, Município de Cândido de Abreu-Pr.

Sala das Sessões, em 14/03/85.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

#### JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a presente reivindicação, em virtude de a referida Vila encontrar-se deficitária no setor de abastecimento de água, ficando seus moradores carentes nesse sentido.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após expressa aprovação do douto Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, encaminhando cópia de telex transmitido pela Cooperativa Agrícola de Irati, reivindicando isenção permanente de ICM sobre produtos perecíveis.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI

#### JUSTIFICATIVA:

É deveras dramático o teor do telex que recebemos, firmado pelo Presidente da Cooperativa Agrícola de Irati. Senhor Vladislau Stepka.

No Comunicado, o dirigente daquela entidade dá conta da "angústia das lideranças que atuam na economia da batata, cebola e banana, frente à eficácia da Instrução SEFI/84, prorrogando a isenção do ICM incidente sobre esse produto até 1.º de abril de 1985"

Tal sofrimento — prossegue o Presidente da Cooperativa de Irati — deve-se ao fato de que nossos maiores concorrentes, em termos de produção (São Paulo e Minas Gerais) e demanda (São Paulo e Rio de Janeiro) estarem fora do alcance do convênio ICM 29/83. O Paraná não resistirá a uma concorrência com seus

competidores — São Paulo e Minas — devendo temer, inclusive, pelo colapso de sua própria produção e pela invasão de seu mercado com produtos daqueles estados.

Os trabalhadores que participam da agonizante e descapitalizada agricultura, sabem o quanto é terrível esta situação. Muitas e muitas vezes sofrem calados na esperança de que aconteça algum milagre e confessam que têm trabalhado muito.

Diante desta realidade, o Presidente da Cooperativa de Irati apela para que a isenção do ICM sobre os citados produtos seja permanente, até revisão da matéria por parte do CONFAZ, ressaltando esperar uma não discriminação dos agricultores paranaenses diante dos paulistas e mineiros, que estão em pleno gozo deste benefício.

Diante do exposto, Senhores Deputados, submeto à apreciação desta Assembléia, a conveniência do envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças com o objetivo de colocá-lo a par do que acontece no setor e pleitear tratamento justo para os rurícolas de Irati e região. O Paraná deve e vai lutar pelos seus direitos, não só no que concerne ao absolutismo que nos é imposto por outros Estados, vivendo a época ainda em que éramos tratados como província.

Ao lado dos produtores rurais de Irati, também o Norte e Noroeste do estado desencadeiam importante batalha, para que possam produzir cítricos e libertarem-se da dependência da produção paulista.

É hora de gritar, e gritar forte. Portanto, gritemos todos unidos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja oficiado à Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR — Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, solicitando reforma total da Escola Estadual Rural de Palmital, no Município de Cândido de Abreu — PR.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Rural de Palmital apresenta suas instalações em precárias condições de funcionamento, e assim sendo, não oferece possibilidades de desemprego pleno de suas funções educativas.

Por essas deficiências comparadas é que se faz a presente reivindicação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, solicitando agilização às medidas destinadas à incorporação, pelo BANESTADO dos funcionários dos Bancos Habitasul e Sulbrasileiros no Paraná.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

#### JUSTIFICATIVA:

Graças a desmandos amplamente conhecidos pela opinião pública, a ocorrência das quebras dos bancos

Habitasul e Sulbrasileiro deixou, da noite para o dia, cerca de 20.000 trabalhadores diante das mais nebulosas perspectivas acerca de seu futuro.

No Paraná, 75% das contas de poupança dos dois bancos foi entregue ao Conglomerado Banestado. Do acordo fazia parte a absorção dos funcionários desempregados com as quebras, e, em contrapartida, a concessão das cargas patentes de suas agências, ao nosso conglomerado estatal.

A situação daqueles trabalhadores é de angústia a apreensão, como aliás tem sido amplamente noticiado pela imprensa nacional.

A urgência solicitada pelo presente requerimento, então, se justifica até pela necessidade de ação social do governo, a fim de não gravar ainda mais o já dramático problema do desemprego no País.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da Fundepar-Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, encarecendo a destinação de materiais, que abaixo especifica, para a Escola Estadual Pedra Pintada, localizada na Municipalidade de Peabiru.

O presente requerimento se faz necessário sua apresentação tendo em vista correspondência remetida pelo Ilustríssimo Senhor José Bordini Netto, Inspetor Estadual de Educação naquela cidade, que informa o fato de ter sido construída uma nova sala de aula para o citado estabelecimento de ensino com uma área total de 482 e uma cozinha com 4 x 2, em alvenaria, em substituição as instalações antigas.

Neste sentido, com a transferência para o novo prédio, houve uma seleção de móveis e utensílios existentes, onde muitos, face ao seu estudo de bastante uso, não podem mais ser aproveitados.

Pede-se, portanto, dessa Fundação e da Secretaria de Estado da Educação a destinação de materiais abaixo discriminados:

- Vinte carteiras escolares;
- Uma mesa para uso do professor;
- Um armário, para a sala de aula;
- Um fogareiro com duas bocas.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, visando a implantação do sistema de micro-bacias na Municipalidade de Nova Cantu.

De iniciativa do Excelentíssimo Senhor Rui Pereira, integrante do Poder Legislativo local, este afirma ser de fundamental importância a implantação de micro-bacias naquela progressista cidade. De acordo com informações do Vereador, os agricultores de um modo geral enfrentam diversas dificuldades com relação as suas respectivas áreas

de produção, bem como das vias que servem de acesso as mesmas. Os problemas que dizem respeito à erosão, têm sido enfrentados pelos agricultores de uma maneira individual, existindo, porém aqueles que não adotam medidas neste sentido, prejudicando justamente os que têm consciência e condições ante ao problema.

Ademais, a situação geográfica deve ser levada em consideração, exatamente pelo fato de que sua constituição é de terrenos muito acidentados, o que facilita a ação das chuvas e dos ventos para a desagregação da camada fértil do solo.

Espera-se, portanto, dessa Secretaria de Estado da Agricultura, o encaminhamento de medidas que venham de encontro ao que ora é postulado.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo de ambos, a realização de estudos apropriados no sentido de avaliar as reais possibilidades de se mudar os critérios que determinam a pesagem das cargas existentes em caminhões nas balanças de fiscalização.

Em reunião comunitária realizada recentemente na Municipalidade de Mamborê, diversas lideranças daquela coletividade manifestaram seus pontos de vista com relação aos critérios atualmente empregados quanto à determinação do limite de pesagem das cargas que são transportadas diariamente por inúmeros motoristas neste Estado bem como pelo Brasil.

Segundo colocações de diversas pessoas, atualmente, o caminhoneiro tem vivenciado o que tem considerado, ao longo de muitos anos, uma verdadeira injustiça, pois ao estacionar seu veículo em cima de uma balança de fiscalização, os responsáveis pela averiguação, cumprindo também ordens superiores, exigem que o peso existente seja distribuído de acordo com os eixos. Acontece que, ao ser colocado determinada mercadoria num caminhão, quando este for pesado, sem peso por eixo é um, mas se, após percorrer determinada distância, esta mesma carga, por eixo, será outra. Isto em face do atrito normal que sofre a mercadoria em cima do veículo, o que não permite a distribuição exigida da mercadoria em cada eixo.

Neste sentido, espera-se desse Ministério dos Transportes a nível federal e dessa Secretaria de Estado dos Transportes, no âmbito paranaense, a realização de estudos devidos visando avaliar as reais possibilidades de se modificar tal situação, tendo em vista não somente ao posicionamento anunciado pelas lideranças da cidade de Mamborê, mas a classe dos caminhoneiros e das transportadoras de um modo geral, no sentido de eliminar as injustiças ora existentes.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ananã, instala-se a nova República. A Assembléia Legislativa do Paraná está preparada para não fazer a festa, mas para enunciar um novo evento e queria, dentro das nossas possibilidades, Deputados da Oposição, somar junto com a Douta Bancada do PMDB com a Comissão que vai a Brasília a convite do Presidente Tancredo Neves da nova República que de novo não tem nada, nova República que os tecnocratas esqueceram-se mais uma vez do Paraná.

Nós, como paranistas, nós, como Deputados que respeitamos os homens que lá foram votar, respeitamos esta Assembléia Legislativa, então estamos entristecidos. Queríamos que, neste momento, um Deputado da Bancada Situacionista, dissesse que o jornal "Gazeta do Povo", está faltando com a verdade. É um acinte, Senhores Deputados, deixar de convidar os homens que foram lá lutar pelo velhinho, o velhinho gagá. Nada deu para o Paraná e ainda nos afronta sem convidar a Assembléia Legislativa Paranaense, que não é lixo. É composta de homens dignos e, é por isso, que não acreditamos nessa nova República, é por isso, imprensa do meu Paraná, que a "Gazeta do Povo" publica hoje na sua cota política: "Não fomos convidados".

Feriram a sensibilidade do nosso Presidente, feriram a sensibilidade de seis ilustres componentes do Colégio Eleitoral que foram votar em Tancredo Neves, nome que lá ganhou para a ascensão ao poder. E onde está o protesto da Douta Bancada do PMDB? Onde está o protesto do ilustre Governador José Richa? Mas aqui, nós do PDS, lançamos um protesto da falta de consideração. Queira Deus que eu esteja errado, mas é uma falta de vergonha para aqueles tecnocratas que rodeiam o homem da República nova que de nova não tem nada. Que terá, Senhor Presidente, a República com Antônio Carlos Magalhães, o que terá, Senhor Presidente, a Nova República com o maior latifundiário do Nordeste, José Sarney? O que terá esta República de novo, a não ser, tripudiar sobre o nosso povo.

É um protesto que, como Deputado, embora humilde, eu faço neste momento. Onde está o convite para que o nosso Presidente, para que a Bancada mandasse os representantes, Senhor Presidente, Senhores Deputados para, pelo menos, serem dignos e não serem marginalizados. Será que os tecnocratas, os homens que mantêm o Poder, será que o Paraná está marginalizado? Sabemos perfeitamente que o Ministério do Doutor Affonso Camargo Neto, aliás, muito bem empregado, foi empregado, foi objeto de consulta entre um e outro, entre o Presidente e o Doutor Affonso? Muito bem ao Paraná. Foi a única coisa que nos trouxeram.

Neste momento, quero perfilar-me com a Bancada do PMDB no protesto e os traidores, o "Antônio malvadeza" é que estão mandando no País.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).



O SR. PRESIDENTE (Nílso Sguarezi) - Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Paulo Furiati.

O SR. PAULO FURIATI - Vou ler uma matéria publicada na "Folha de Londrina", com o título:

"OS NORDESTINOS E A DIARRÉIA" - de Parreiras Rodrigues. Solicito, Senhor Presidente, se não houver tempo para a leitura total do texto, seja considerado como lido. (Lê):

"Já li que em 1978, os 35 milhões de nordestinos se aboletaram em menos que 7 milhões de moradias, menos de 30 por cento se serviam de rede de água e apenas 6 conheciam esgoto sanitário. Mesma época, na região de Fortaleza, já existiam 230 favelas povoadas por 315 mil habitantes. O jornalista Ivo Patarra, na página 56 de seu livro "FOME NO NORDESTE BRASILEIRO" conta que "A 05 de junho de 1980, em Florânia, sertão do Rio Grande do Norte, a 200 quilômetros de Natal, o dia de Corpus Christi, foi comemorado de um modo diferente: centenas de crianças filhas de agricultores flagelados pela seca, foram às ruas da cidade, pedir, de porta em porta, um pouco de comida. Essa foi a solução encontrada pelo Prefeito local, Sinval Laurentino Medeiros, para auxiliar os famintos da região. Semanas mais tarde, ainda em Florânia, A Câmara Municipal aprovava outra idéia do Prefeito. O boi, que durante anos puxou a carroça de lixo do município, foi sacrificado e sua carne, por um dia, matou a fome dos pobres da cidade". No mesmo livro, já na página 60, Patarra conta: "O Professor Nelson Chaves, 75 anos, quatro filhos, se interessou por nutrição logo após se formar, em 1930, na antiga Faculdade Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro. Natural de Água Preta, na Zona de Mata de Pernambuco, Nelson Chaves fugiu da aristocracia rural da cana-de-açúcar, onde nascera. Ele não aceitava aquele sistema de miséria, de exploração do homem. O professor Nelson Chaves, um dos maiores nutricionistas do País, deu esse depoimento alguns meses antes de falecer, no Recife, em maio de 82:

Violência silenciosa é a morte em massa de crianças, por fome. Em Pernambuco, morrem 160 crianças por mil. No Japão, um País sem recursos naturais, essa cifra é de 10 a 15 por mil. A mortalidade de menores de 5 anos, que está dentro do esquema da violência silenciosa, também é enorme. Estudos revelam que 60 por cento morrem antes de completar 5 anos. A diarreia, a bronquite, o sarampo que são benignas em crianças nutridas, nas desnutridas trazem um coeficiente de mortalidade altíssimo. Qualquer infecção no desnutrido dá em morte, ele não tem imunidades. Bronquite é uma coisa comum. Se a pessoa é desnutrida essa bronquite se acentua, chega à pneumonia e mata. Na diarreia, um indivíduo bem nutrido cura a infecção e pronto... A mulher da Zona da Mata produz uma quantidade mínima de leite. Em vez de 950 mililitros, produz 300 ou menos. Dá parto a crianças imaturas, já predispostas a deficiências nutricionais. A desnutrição, portanto, começa no útero... Eu conheço casos incríveis de crianças que trabalham na cana-de-açúcar e que tomam, de manhã, café e às cinco horas da

tarde um pouquinho de feijão com farinha de mandioca. Mais nada. E soube que no interior, no sertão, na zona seca, agora, HÁ CRIANÇAS SE ALIMENTANDO COM PAPEL, água e açúcar. Eu também vi, anos atrás, crianças de poucos meses comendo feijão duro... Em 1973 eu denunciei uma diminuição na estatura do homem e da criança da Zona da Mata. Uma criança de sete anos, se comparada com o padrão normal, tem uma deficiência 45 por cento na estatura... Também encontramos debilidade mental em crianças pré-escolares nos estudos que conduzimos. Mutilação cerebral é a deficiência mental irreversível. As crianças já nascem com redução de 40 a 60 por cento no número de células nervosas... Na escola essas crianças ficam repetindo de ano ou abandonam os estudos. A fome está aumentando com a inflação, o preço dos alimentos e nada se faz. PARECE QUE EXISTE UM CERTO DESINTERESSE DO GOVERNO pela violência silenciosa. Eu acho que a criança é o grande patrimônio de uma Nação... O preço de tudo aumenta, tantas fábricas fecharam, tantas demissões. Vão viver do que, se não há emprego? Só uma elite econômica tem condições de vida neste País... Nós importamos milho, feijão e arroz, quando o Brasil é a 3ª área agricultável da Terra. Só Mato Grosso e Goiás poderiam ser o celeiro alimentar do mundo... A fome é crescente. E a grande área da fome é o Nordeste. O Nordeste é o fim do mundo".

"EM 25 ANOS NADA SE FEZ PARA O COMBATE À FOME"

O sub-título aí de cima é um sub-título da página 63 do livro de Ivo Patarra que continua desafiando o depoimento do finado Nelson Chaves: "A grande mancha negra do Brasil e do Nordeste é a fome... é um problema de ordem POLÍTICA, ECONÔMICA e SOCIAL. Não há produção de alimentos no Nordeste. Tudo vem do Sul. Na Zona da Mata uma mulher de 40 anos parece ter 60. Como em todo o Nordeste... Carne só no Natal... Há governo capaz de alimentar 80 por cento da população? Então, em lugar de se dar o peixe, que se dê a vara de pescar. É o que fez a China. O sujeito produz o alimento, se alimenta. E o governo compra o excedente. Melhorou na China o estado de nutrição, a estatura e as condições físicas, apesar da população daquele País ser várias vezes maior que a nossa. E o Japão, com uma área cultivável de 15 a 20 por cento do seu território, compete com os países mais desenvolvidos".

... o Brasil é um País dirigido pelo Poder Econômico que só se interessa pelo que dá dinheiro. O Governo só protege o poder econômico. A questão social tem sido esquecida... O abandono da agricultura de subsistência a favor dos produtos de exportação - cacau, soja, café, açúcar, álcool - faz com que o homem migre do interior para a cidade... Eu não sei como é que o indivíduo que ganha, nem digo um salário mínimo - dois salários mínimos - mantém uma família. Eu não sei qual é o milagre... Eu acho que o milagre é essa aí, é ter gente viva... No começo de agosto de 1981, a população de Afogados da Ingazeira viveu dias diferentes. Foi quando a COBAL do município jogou fora, em terrenos perto da



cidade, duas toneladas de carne. O pessoal do plano de emergência, ao lado de todos os outros pobres, comeram de se fartar, chegaram até a brigar entre si pela carne deteriorada, as vísceras podres. Desabafo do Prefeito Antônio Mariano - Devia ter havido uma sensibilidade maior por parte da COBAL, distribuindo este alimento antes que ficasse ruim. Lourenço Pereira foi um dos que comeram a carne estragada: Nós comemos assim mesmo. Tava com fome. né meu? ...

Algumas famílias também caçam. Em volta do Olho D'Água que tem "serra" e graças à pequena umidade, algum mato resiste. Lá, o sertanejo faz armadilhas, caçando lagartos (Tejú e Camaleão), e ratos, o rabudo, e até sapos caruru ou jáis (rãs), que aparecem perto das cacimbas de água. E essa caça miúda, muitas vezes é tudo que a população pode somar ao arroz das refeições".

#### PRO-CLAUS

Antes do Claus Germer dizer o que os "franciscatos" e os "carlosátilas" interpretam, Dom Antônio Batista Fragoso, bispo de Cratêus, sertão cearense, disse: "a raça dos camponeses é uma raça que deve desaparecer" e esse tipo de genocídio que para aquele bispo que não foi taxado de nazista, é um tipo de complô - consciente ou inconsciente -- contra a raça de quase 40 milhões de nordestinos. Isso digo eu, Parreiras Rodrigues, de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul, filho de "Mané Cearense" e da D. Nenê baiana, todos os três fundadores de Santa Izabel do Ivaí, abrida e desabrida por nordestinos, como foram todos os recantos dessa Pátria Amada Idolatrada Espoliada Alienada Salve-se Quem Puder Bob Fields Delfim Coroa Brastel Capemi Rio Centro Newton Cruz Ouro para o Bem de Quem Anencefálicos Poluídos Angra I. Dois e Três. Al Cinco Serra Pelada Itaipu Exílio Cassações e Bombas.

Todas as doenças, no Nordeste estão condicionados à deficiência alimentar. Sem alimentação e resistência, o organismo, cujas defesas poderiam destruir o parasita, perde a capacidade de resistir... O strongilóide provoca crises de diarreia e ainda tem a teníase e a amebíase (cãibra de sangue), por isso o título desta matéria "OS NORDESTINOS E A DIARRÉIA", eis que a diarreia e as demais moléstias intestinais são as que mais matam no Nordeste. Aqui para os que se apressam em formular interpretações: a gosto dos que pretendem desestabilizar o irreconhecer o trabalho de um Claus Germer, não é sinônimo de covarde. Muito pelo contrário, quem seria eu para desdizer ou contraditar Euclides da Cunha que afirmou ser um nordestino, antes de tudo, um forte?

Desses fortes, as páginas da nossa história estão repletas de exemplos que chegam até a um Alencar Furtado, cearense peitudo, cassado, e que junto com a sua Miriam levarão para as suas catacumbas as feridas da perda do Heitorzinho. No Geral, além da tuberculose do mal de chagas, do sarampo, da diarreia é a doença que mais mata no Nordeste. As crianças "cabeças-chatas" filhas daqueles "cabras-da-pesto" são as mais visadas. Os "franciscatos and carlosátilas" insistiram em pichar Germer de nazista e se esqueceram que o imperialismo americano se vale de práticas genocidas: o filme "Piranha" mostra as experiências para ambientação

daquela espécie em águas de baixa temperatura para infestação dos rios do Vietnã. Aconteceria que as "piranhas" tornariam aqueles rios sem vida e suas águas seriam perigosas. O agente "laranja" também serviu para despelar as matas do Vietnã para acabar com a camuflagem vietnamita e foi largamente utilizado aqui no nosso Amazonas. Uma regra do nazismo ou do faccismo, sei lá, dita que para ser ter um povo domesticado, é preciso conservá-lo analfabeto. O sistema que aí está em fase de agonia, pois não existe mal que perdure, colocou em prática esta filosofia "fidumaégua" como diria um "terra seca", construindo açudes e barragens para os latifundiários e deixando os mini ou nada proprietários carregando baldes d'água ou mamando em mandacarú. Daí, nas vésperas das eleições, os senhores andreazzas and Co. saíam pelas caatingas distribuindo cestas de alimentos e escravizando seres humanos em pleno século XX em frentes de emergências que, coincidentemente existem ou são instituídas de acordo com calendários eleitorais: o paternalismo safadista e o assistencialismo humilhante são as práticas responsáveis pela consagração do Nordeste como celeiro de votos governistas.

Meus valentes contrerrôneos - tenho orgulho de minha origem o Nordeste todo, não quer paliativos. Anseiam por soluções definitivas para resolver o problema da estiagem, da seca. A implantação de sistemas de irrigação, de aproveitamento de mananciais para regar todo aquele rico solo, seria a redenção daquela região. Em pouco tempo, o Nordeste teria condição de resgatar sua soberania, sua independência econômica e social e de se identificar politicamente. Nelson Chaves assinala que "o abandono da agricultura de subsistência a favor de produtos de exportação - cacau, soja, café, açúcar, álcool, faz com que o homem migre do interior para a cidade. Recife teve a grande vantagem dos mangues. Os peixes, os animais marinhos, logo que se reproduzem, correm para os mangues e por isso, fornecem grande quantidade de alimentos. Hoje, em países importantes como Japão, Estados Unidos e União Soviética, está se trazendo o mar para o continente, duplicando, triplicando a reprodução de peixes. E, em Pernambuco, no Recife, apenas destruíram aquilo que a natureza nos deu para fazer casas. Aterraram os mangues, fontes de alimentos, em vez de povoá-los mais de peixes, crustáceos e resolver uma parte do problema. Então eu digo, a desgraça é o homem mesmo... As famílias que não têm como fixar à terra, que não tem meios de produzir, vêm para a cidade onde vão criar problemas. Por exemplo: a grande questão do menor abandonado. Chegam as famílias sem empregos, sem habitação. Constroem-se os mocambos; segue-se a poluição fecal. E as crianças vão para as ruas, a princípio pedindo ajuda para, depois, tornarem-se marginais, os ramosos pivetes e trombadinhas. A grande escola de delinquência infanto-juvenil é a própria sociedade, é a rua. E a criança é a vítima. Os que vão para a delinquência são os melhores geneticamente, os que saíram melhor na seleção natural. Não foram para o cemitério e vão lutar. Têm um resquício de inteligência e o meio que a sociedade oferece é a marginalização. Há 30 milhões de menores

carentes no Brasil, uma população superior a qualquer País da América do Sul . . . A pequena propriedade - que produz de 3 a 14 vezes mais que a grande, está desamparada. Como é que o pequeno proprietário pode produzir se o grande vai e toma? Um estudo feito em países da América Latina revelou que apenas 3 por cento da população têm 80 por cento das terras . . . A situação no Nordeste vem se agravando cada vez mais, independentemente até da seca. Terra fértil, isso existe. No dia em que o Governo entender que é a reforma agrária que vai resolver o problema social e econômico, aí sim, eu quero que nesse dia ainda haja trabalhadores de campo.

O "Jornal do Brasil", de 21 de junho de 81, publica declarações do cardeal-arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider: "O homem, com todo o seu progresso científico e tecnológico, em vez de aperfeiçoar o mundo, a humanidade, e em vez de aperfeiçoar a cultura que realmente promova, dignifique e realize o próprio homem, está caminhando para a sua autodestruição. É algo muito forte, mas aqui no Nordeste já apareceram várias publicações que chamaram a atenção para o homem nordestino, que está se deteriorando de tal forma que até seu coeficiente intelectual está diminuindo. O motivo que se alega é a fome. Mas qual a raiz da fome? Por que existe a fome nesta região? Apesar de tudo, ela possui um potencial enorme - a terra - que pode ser cultivada pelos meios modernos à disposição da agricultura. Por que existe a fome aqui, numa região onde se começa a descobrir grandes jazidas minerais? O Nordeste, apesar dos pesares, oferece um habitat ao homem. Por que nós, aqui no Nordeste, temos tantas pessoas tão ricas? Por que a riqueza está tão concentrada? Como nós, nos séculos passados, fizemos desaparecer os nossos índios, vamos também levar ao desaparecimento o homem nordestino, um lutador, um forte e muito resistente apesar do agrônomo Claus Germer, por que ele nada fez que desse motivo para ser julgado e sim, mais que este chamamento de atenções para os graves problemas do Nordeste que não residem em fatores climáticos tão somente. Estamos às vésperas da instalação de um novo Governo, não eleito pelo povo, mas comprometido com ele. Quicá, Tancredo Neves não se esqueça do que disse em Goiás antes de sua viagem para o exterior. Lá, ele garantiu Reforma Agrária. Espera-se que ele comece justamente na região que tanto dele carece: o Nordeste e então, nós todos, nordestinos aqui no Sul, assistiremos o reerguimento de uma grande Nação, a recolocação de equilíbrio na tão distoante diferença entre nós e os nossos briosos conterrâneos. A injustiça social e o servilismo deverão ser banidos das páginas dos livros e dos jornais.

A exploração do homem pelo homem deve acabar".

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Edgard Pimentel.

O SR. EDGARD PIMENTEL - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Inicia-se amanhã um novo e importante período da História do Brasil, porque a tão anunciada "Nova República" assume a Presidência, assume compromissos com a Nação de mudanças. E nós, na tarde de hoje, Senhor Presidente, Senhores Deputados, estamos fazendo o encaminhamento de uma proposta ao novo Governo, proposta essa que nós pretendemos possa ela desaguar, cair no leito de uma consciência nova toda ela voltada para a recuperação dos valores básicos da nossa sociedade perdidos pelos desmandos que a História do Brasil viveu nos últimos anos. E até parece que o sentimento de patriotismo do povo brasileiro deixou de existir; até parece que nós estamos num País em que os nossos compatriotas esqueceram de conhecimentos e deixaram de se interessar por fundamentos necessários a própria soberania nacional.

Refiro-me, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de que é muito comum nas solenidades que comparecemos em que se canta o Hino Nacional e que são poucos os brasileiros que conhecem o Hino Pátrio. É muito comum nós convivemos com pessoas ilustradas, pessoas graduadas e não possuem conhecimento algum sobre Constituição do Estado e muito menos da Federação.

E é neste sentido, nobres Deputados, que nós estamos propondo ao novo Governo que seja desencadeada uma ampla campanha para que o brasileiro se sinta novamente patriota, se sinta novamente com aquele ímpeto de guerreiro como em outros países, aqui mesmo na América Latina se conhece.

A nossa proposta pretende alcançar objetivos definidos para que possamos viver numa República Nova em que o cidadão redescubra os seus valores de brasilidade, os seus valores patrióticos. É preciso nobres Deputados, que nas escolas de 1.º, de 2.º e de 3.º graus sejam introduzidas matérias que enriqueçam a cultura; matérias, como por exemplo, ensinos básicos sobre a nossa Constituição Estadual e Federal. É preciso que nos currículos escolares se traga o necessário e urgente ensaio dos hinos que contém a demonstração e espelham a nossa identidade como brasileiros.

É preciso, enfim, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que nós todos, homens comprometidos com a causa pública, tenhamos a consciência plena, um perfil exato da urgente necessidade de todos juntos, de uma forma suprapartidária, trabalharmos para que o povo brasileiro redescubra o seu valor, o seu ânimo, e que essa Nova República não seja só um rótulo, mas, acima de tudo, a conquista de novos tempos para o nosso País.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Concedo a palavra ao orador inscrito Senhor Deputado Tércio Albuquerque. (Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra ao orador inscrito, Deputado Ervin Bonkoski. (Ausente).

Ausente, está encerrado o Pequeno Expediente. No Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURLATTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Nação brasileira, a partir de amanhã, com a posse do novo Presidente da República Tancredo Neves, através da mudança efetiva que deverá ocorrer neste País, está em expectativa. Expectativa em relação ao que será feito de mudança efetiva, de mudança estrutural, para que a sociedade brasileira possa, a partir de então, vislumbrar novos caminhos, vislumbrar novas metas, enfim, melhorar a sua qualidade de vida.

Se de um lado a Nação brasileira apóia este futuro Governo, sem sombra de dúvidas de outro lado este apoio não é incondicional.

O que todos desejamos é que este País vilipendiado das mais diferentes formas até hoje, possa ressurgir e o povo brasileiro possa comandar os seus próprios destinos.

Uma das preocupações que me traz aqui, neste tribuna, Senhor Presidente, Senhores Deputados é com relação à condução de algumas reformas estruturais, que esta Nação necessita. E uma delas é a questão da terra, principalmente porque se temos o Estatuto da Terra, que surgiu após o golpe de 64, na esteira de movimentos sociais abundantes que tínhamos antes desta data, neste País, nem mesmo o Estatuto da Terra, promulgado pela dita "Revolução", teve resultados compatíveis com a necessidade desta imensa Nação.

A Reforma Agrária é necessária e sobretudo fundamental para que este País possa vislumbrar o seu desenvolvimento social.

Em que pesem forças conservadoras que apóiam o futuro Presidente da República, antes da elite conservadora, está o País, está o seu povo. E não temos dúvidas de que embora alguns considerem que o Paraná vive num mar de rosas sob o ponto de vista da sua estrutura fundiária, este tipo de colocação não se enquadra dentro da nossa realidade social.

Não resta dúvida que na questão agrária do Paraná não é idêntica à questão agrária do Amazonas, do Pará, ou de outros Estados brasileiros. Porém, isto não quer dizer que o Paraná não tenha dentro do seu território, latifundiários, especuladores de terras e que nada vêm trazendo de benefício para o nosso Estado e nosso País. Todos sabemos que o Estatuto da Terra define claramente a função da propriedade e dá também garantia a alguns grandes proprietários desde que da terra eles tirem a substância do trabalho e retornem a esta mesma sociedade.

Mas, nós temos exemplos claros da inadequada aplicação do Estatuto da Terra durante estes últimos anos, principalmente, ao que concerne aos grandes latifundiários que conseguiram registrar no INCRA suas propriedades como empresas rurais sem, no entanto, absolutamente, plantarem nada.

Com isso, estes proprietários conseguiram incrustar na burocracia do INCRA as suas propriedades e as tiraram das listas daquelas que podem ser desapropriadas.

Dados comprovam, por exemplo, que no litoral do Estado grande latifúndio de até trinta mil alqueires estão cadastrados no INCRA como empresas rurais sem, no entanto, absolutamente, nada plantarem.

Isto é o mínimo que podemos esperar do

Governo da Nova República. É aplicação rígida de um instrumento social que é o Estatuto da Terra.

Em contrapartida, temos lutado muito para que possamos ter uma agricultura desalinhada do poder multinacional ou fora do esquema da tecnologia comprada das grandes indústrias químicas.

Não há dúvida de que na montagem das equipes ministeriais e, principalmente, na montagem de equipe do Ministério da Agricultura em que pese a grande figura do Senador Pedro Simon a sua frente, sem dúvida setores multinacionais ligados à indústria química devem estar formando os seus eternos nomes para permanecer a pouca vergonha que existe dentro daquele Ministério, ao que concerne a questão dos agrotóxicos.

Isto nos preocupa porque atrás deste processo, atrás desta influência da indústria da química fina, estará todo um programa que nós iremos apoiar se estiver voltado a exemplo da política agrícola estadual, aos pequenos e médios agricultores.

Se estiver voltado para a tecnologia branda, a tecnologia nossa e não a entrega pura e simples de todo um processo produtivo de uma tecnologia de ponta internacional.

A exemplo da agricultura, da política definida pelo Governador José Richa e as intenções declaradas ontem na imprensa do futuro Ministro Pedro Simon, uma das grandes figuras da República, nós estaremos a apoiá-lo na prática e também nas suas idéias para que ele consiga suplantar as enormes pressões que se formam visando manter uma política agrícola para atender o latifundiário e a indústria química.

O Sr. Caíto Quintana — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Paulo Furiatti, Vossa Excelência, na tarde de hoje, faz um pronunciamento da maior valia nesta Assembléia Legislativa.

Traz Vossa Excelência a preocupação no que se refere ao problema agrícola na Nação brasileira.

Quiçá, nobre Deputado, de todos os Ministérios o que tenha que realmente passar por um cunho novo, diferenciado nesta Nova República que se tenta implantar na nova Nação, é exatamente a agricultura.

Tenho acompanhado a sua luta no que diz respeito a agrotóxicos.

A constatação quanto ao problema agrícola nacional realmente preocupa qualquer pessoa que queira ver esta Nação forte.

Ora, se somos um País com extensão territorial invejável no contexto do mundo para a agricultura e somos um País de uma legião de homens que passa fome, somos uma Nação com terra rica, fértil de capacidade de produção e somos o paraíso das grandes empresas multinacionais que fabricam desde o adubo até o inseticida, para combater pragas de lavoura, somos na essência um País entreguista.

O Ministro Pedro Simon, sem dúvida alguma representa uma expectativa, homem ligado às lutas populares, homem integrado ao trabalho agrícola, homem conhecedor profundo da dinâmica dos Estados do Sul, Estados produtores e por isso mesmo Estados explorados.

Quero parabenizar-me com Vossa Excelência e dizer que também estaremos na expectativa e cedendo a participação que pudermos ceder, para que se transforme o setor agrícola nacional porque com um pouco de boa vontade, de desprendimento, e de mudança, nós poderemos facilmente na Nação brasileira resolver o problema do bóia-fria, do subempregado da lavoura, do sem terra nacional, porque talvez nesta área seja onde é possível com maior facilidade resolver o problema, basta mudar o enfoque na administração.

Então, Deputado Paulo Furiatti, realmente o Brasil, hoje, olha todos os Ministros, mas sem dúvida alguma, o Brasil da produção, o Brasil do Sul, olha para o Ministério da Agricultura, na esperança de que ele possa terminar com essa vergonha do entreguismo nacional, em benefício dos grupos que exploram o trabalho, vendendo desde o adubo até o inseticida e resistindo com seus "lobbys" as tentativas de mudança, como a tentativa que o Paraná faz, através do Secretário da Agricultura, Claus Germer, na tentativa de aplicar, no Paraná, uma política agrícola diferenciada, usando a tração animal, usando a participação coletiva, usando as formas orgânicas de corretivo de solo, usando a forma de combate à praga através de elementos biológicos e isso, essa experiência paranaense se encarada a nível nacional com a cobertura que o Ministério tem, sem dúvida alguma poderá mudar a face deste Brasil que nós queremos diferente.

Meus parabéns, Senhor Deputado.

O SR. PAULO FURIATTI -- Agradeço o aparte do nobre Deputado Caíto Quintana, um dos Deputados mais ligados a nossa terra.

O posicionamento do futuro Ministro, em entrevista dada ontem, demonstra claramente a linha política da agricultura brasileira e se confunde neste posicionamento com a política agrícola estadual.

Não há dúvida alguma que a escolha do seu Diretor Geral, já demonstra uma linha de coerência, quando levará a Brasília, Ruben Ilgen Fritz, uma das pessoas que mais compreendem a natureza do processo agrícola nacional, principalmente a potencialidade dos milhares de pequenos e médios agricultores, que são responsáveis por mais de oitenta por cento dos alimentos consumidos nesta Nação.

Quando Pedro Simon define a sua linha, como uma linha para o agricultor e para o consumidor, ele dá uma clareza enorme do seu posicionamento, porque embora não seja profundamente ligado à terra, é de um político com capacidade que nós precisamos para dirigir, não só o Ministério da Agricultura, mas a Nação brasileira, porque é através da sensibilidade política que ele dará as diretrizes, é através do poder político que ele fará com que os técnicos colaborem com a Nação brasileira e é só um político com o mandato de Senador, é que poderá dar um status ao Ministério da Agricultura, de forma que ele possa discutir com Dornelles, na Fazenda, que tem a formação tecnocrática sem dúvida, as verdadeiras questões que nós estamos necessitando. O Ministério da Agricultura não é ministério de agricultores somente. Ele é ministério de consumidores. Porque a razão final da agricultura está em trazer benefícios aos consumidores. Sem dúvida, trazer benefícios aos agricultores, para que

eles possam continuar com o processo produtivo. Mas, sem dúvida, mesmo também, para que esse processo produtivo venha favorecer a nossa massa esfomeada neste País. A Embrapa ...

O Sr. Augusto Carneiro -- Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Paulo Furiatti, Vossa Excelência analisa mais especificamente o Ministério da Agricultura. E eu gostaria de, com um aparte a esta colocação de Vossa Excelência, dizer que, com referência ao Governo, como um todo, apesar de algumas discordâncias regionais, porque percebemos que o nosso Estado, poderia ter uma representatividade maior, porque ele contribui com maior percentual do que a representatividade que tem, com a Nação, e não tem a recíproca compondo este Governo.

Mas, de modo geral, eu acredito que seja quase uma obrigação de todos os homens de sã consciência, que militam em qualquer partido político, desejar que este Governo tenha êxito, porque os problemas nacionais são tantos e tão graves, ao ponto de que há necessidade de uma pregação de nós todos, pelo menos neste início de Governo; uma pregação otimista, para ver se incutimos na mentalidade da sociedade brasileira, uma esperança e, através dessa esperança, que a força da opinião e do pensamento do povo brasileiro, possa também contribuir para que o Governo, atendendo esta força e esta idéia, poder através do trabalho de organização, trazer alguma coisa de tranquilidade e de segurança para a nossa Nação. Especificamente no Ministério da Agricultura. Eu, quando vi escolhido -- e aí vai uma opinião pessoal -- achei que o Ministério desta pasta, deveria ser entregue a um homem político, sim, mas com conhecimento maior no campo da agricultura. Porém, eu respeito a forma com que foram escolhidos os Ministros e espero que Pedro Simon, possa, através dessa Pasta, atender as necessidades mais prementes que militam e que vivem e que se agravam desde há muito, no campo da agricultura.

Eu espero que o Ministro desta área, possa, em primeiro plano, no meu entendimento, estabelecer um programa de garantia e de segurança ao agricultor. De forma que o agricultor plante no ano de 1985, sabendo que em 1985, ele terá um preço mínimo justo e que terá assegurada a venda do seu produto. Que cuide deste aspecto, porque senão nós não podemos mais viver nas improvisações que temos vivido até o presente momento. Resoluções e decretos que saem na última hora, prejudicando sempre a intenção do produtor, prejudicando e travando o processo de trabalho na agricultura. Espero que esta política seja estabelecida. Uma política de garantia de financiamento; uma política de garantia de preço; uma política de assistência de toda forma; uma política séria e honesta, acima das entidades bancárias e também de grupos que às vezes distorcem notícias e coisas que são contraproducentes à agricultura. Então eu faço votos e espero que isso aconteça.

Faço parte, hoje, de uma agremiação política que hoje se inicia aqui no Estado do Paraná e que tem por objetivo não fazer oposição sistemática, principalmente ao Governo Federal. Mas, se as medidas ansiadas pela

nossa sociedade, não forem atendidas, nós estaremos também com muita liberdade, com consciência do que fazemos, criticando as posturas, se o Governo Federal não atender aos anseios populares.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. PAULO FURIATTI — Agradeço o aparte.

Em relação a este aspecto de homens do Paraná, que porventura não tenham ocupado mais cargos, abro um parêntese, para colocar que o que a Nação brasileira precisa é de programas populares que, se por um lado, estamos todos contentes por não termos mais companheiros de nosso Estado ocupando o cargo, por outro a nossa preocupação é com as mudanças.

E neste ponto, estamos de inteiro acordo com o Governador José Richa, o que nos interessa, na verdade, são mudanças para que este País respire aliviado. De nada adiantaria, termos — quem sabe até, um paranaense não comprometido com mudanças nos altos escalões, tanto faz, qualquer brasileiro, desde que ele promova tais mudanças.

E nós temos a posição clara e independente de que estaremos, no exercício do mandato, cobrando essas mudanças, porque é disto que todos nós estamos precisando.

Mais ainda, em relação ao Ministério da Agricultura, tem um setor fundamental para o desatrelamento tecnológico que é a EMBRAPA — Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias.

As notícias dão conta de que será Luiz Carlos Pinheiro Machado o Presidente da EMPBRAPA, também um homem comprometido com uma linha de definição e de independência da nossa agricultura. Sem dúvida nenhuma, estaremos cerrando fileiras com uma programação desta ordem, principalmente estamos sendo, e este Poder está sendo colocado em cheque pelas indústrias do veneno quando estão trazendo ao Supremo Tribunal Federal pedidos de inconstitucionalidade da nossa Lei dos Agrotóxicos. A tendência do Supremo Tribunal Federal, até agora, é da manutenção da nossa Lei, mas se essas empresas estão acesas na defesa de seus interesses, nós, por outro lado, estamos em permanente vigília, para que possamos defender a Federação que é este País.

Não resta dúvida que no momento em que todos reclamam maior descentralização, e nós Deputados Estaduais, mais do que isso, porque é nosso compromisso e nosso dever zelar pelas coisas do Estado, devemos nos manter atentos para que consigamos manter a Lei Estadual dos Agrotóxicos.

Resta ainda ao Governo Tancredo Neves, inúmeros problemas, e um deles a dívida de três milhões de cruzeiros que grupos açucareiros mantêm no Instituto do Açúcar e do Alcool. Destes três, virgula cinco trilhões de cruzeiros, um vírgula dois bilhões é do Grupo Atalla.

E deste, um vírgula dois bilhões de cruzeiros, ouzentos bilhões, devem ao Governo do Estado, dívida contraída em governos passados.

Não resta dúvida que se o Governo Federal mantiver o seu propósito de diminuir a inflação, ele terá de cortar, definitivamente, qualquer tipo de benesses a esses grandes grupos que vêm sangrando a nossa economia há muitos anos, e entre esses grandes grupos,

ele tem que cortar a torneirinha para o Atalla.

E resta a este Atalla, a alternativa de desmobilizar a sua estrutura nacional e de pagar a sua dívida, se não o fizer, resta a alternativa do Governo Federal, estatizar a sua Usina e as suas terras, ou então de executar a dívida, e estes cinquenta mil hectares de terra disponíveis do Estado, numa das áreas mais férteis do mundo, devem ser colocados à disposição dos milhões de agricultores sem-terra deste País.

Porque, não tenham dívida, Srs. Deputados, a sangria dos cofres públicos é altamente inflacionária, e qualquer medida que venha a atender ao interesse público, tem que passar, sem sombra de dúvidas, por medidas energéticas e medidas de impacto.

Tenho claro, no entanto, que a qualquer medida de impacto restará uma outra contra-pressão para que elas não venham a ocorrer.

E aqui faço um apelo aos nobres Deputados, comprometidos com o povo para que demos sustentação política aos homens de bem deste novo Governo, para que eles possam executar as medidas.

Não há dúvida que dentre estes homens que compõem o novo Governo, alguns possam não estar absolutamente interessados em medidas de impacto ou medidas resolutivas. Mas, restará aos Deputados de todos os partidos comprometidos com o povo, dar sustentação a medidas de impacto que terão que vir, sob pena de que, se não tivermos nos primeiros três meses de Governo Tancredo Neves, medidas de impacto, estamos desmoralizados sob o ponto de vista popular. Porque a condição de apoio é a condição de melhoria, e muita coisa pode ser feita imediatamente, como também muita coisa precisará de tempo para ser resolvida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nova era que se apresenta neste País, demonstra a capacidade também de nós políticos, estarmos no dia-a-dia da comunidade, de forma que possamos dar sustentação às medidas importantes e sem nenhum compromisso, criticarmos veementemente qualquer tipo de medida que não esteja dentro dos princípios da Nação brasileira.

E uma das coisas que, me parece, terá a unanimidade nacional de todos será a defesa intransigente da Nação brasileira contra grupos multinacionais e contra a sangria desatada que estava em curso até agora. Este é o tema da nacionalidade que suplanta os partidos e passa pelo povo e tem que passar pelos Governantes.

A nacionalidade precisa de apoio direto, no dia-a-dia no nosso trabalho na Assembléia e no nosso contato com o povo. E é este apelo que faço, porque daqui faço uma promessa de fé: serei intransigente defensor das medidas populares, e serei, sem sombra de dúvida, um ardoroso crítico de toda e qualquer medida que venha contra os interesses populares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odeni Mongruel) — Consulto à Liderança do PMDB se fará uso de seu tempo.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS.— (Ausente do Plenário).

O SR. PRESIDENTE (Odeni Mongruel) — Está encerrada a Hora do Expediente.

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 192/80, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que cria o Município de São José, desmembrado do Município de Santa Helena, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 112/84, de autoria do Deputado ERVIN BONKOSKI, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Jornalista SAMUEL GUIMARÃES DA COSTA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 305/84, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que autoriza o Poder Executivo a anuir na alienação do imóvel de propriedade do Município de Ibaiti, conforme transcrição nº 204, às fls. 51, do Livro nº 3, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ibaiti, desde que constem da respectiva escritura as condições estabelecidas pela Lei Municipal nº 005/84, de 05.07.84.— Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 170/84, de autoria do Deputado NILSO SQUÁREZI, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO", com sede no Município de Pato Branco. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

## PROJETO DE LEI Nº 170/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO", com sede no Município de Pato Branco.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1984.

(a) NILSO SQUAREZI.

## JUSTIFICATIVA:

A Sociedade de São Vicente de Paulo, de Pato Branco, é uma entidade assistencial, sem fins lucrativos, tendo como objetivo manter serviços de assistência, orientação e promoção do ser humano, sem distinção de raça, credo ou origem.

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, pelos termos de seus estatutos que a este projeto de lei anexamos, presta reais serviços à comunidade, de forma desinteressada, adequando-se aos preceitos legais que regem a espécie. Assim, está a mesma a merecer a guarida legal ora proposta.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PARECER

O Projeto de Lei em tela declara de utilidade pública a Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede no Município de Pato Branco.

Na qualidade de Relator deste Projeto, requeremos a juntada de documentação que atendessem ao que dispõe o item I, do Art. 1.º, da Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978; nosso requerimento foi atendido, tendo o autor do Projeto encaminhado a esta Comissão a documentação necessária.

Isto posto, e após análise da matéria sob o enfoque constitucional, nada constatamos que pudesse obstar a aprovação do Projeto de Lei em tela.

Assim, somos de PARECER FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 13 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 20/84, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que cria na estrutura do Poder Legislativo 06 (seis) Gabinetes destinados às Vice-Lideranças, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade.—

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 20/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## RESOLVE:

Art. 1.º — Fica criado na estrutura do Poder Legislativo 6 (seis) Gabinetes destinados às vice-lideranças, distribuídos 3 (três) gabinetes para cada um dos partidos com representação nesta Casa.

Parágrafo Único — Os Gabinetes criados por esta Resolução serão preenchidos com funcionários contratados pelo regime de C.L.T. e terão a seguinte constituição:

- 1 (um) chefe de gabinete;
- 2 (dois) assessores;
- 1 (um) jornalista; e
- 1 (um) datilógrafo.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1984.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 20/84

## PARECER

Pelo presente Projeto de Resolução, pretende o ilustre Deputado Tércio Albuquerque, criar na estrutura do Poder Legislativo seis (06) gabinetes destinados às vice-lideranças, distribuídos três (03) gabinetes para cada um dos partidos com representação nesta Casa.

O Parágrafo Único determina, que os gabinetes criados pela Resolução serão preenchidos com funcionários contratados pelo regime de C.L.T. e terão a seguinte constituição:

- 1 (um) chefe de gabinete;



2 (dois) assessores;

1 (um) jornalista e

1 (um) datilógrafo.

Analisando a matéria sob o aspecto legal e constitucional, a que é chamada a opinar esta Comissão, temos que nada há que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é favorável à aprovação da presente Resolução.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

IVAN GUBERT, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 20/84

PARECER

Visa o nobre Deputado Tércio Albuquerque com o presente Projeto de Resolução criar na estrutura do Poder Legislativo, cargos conforme especifica, destinados aos Gabinetes das Vice-Lideranças e dá outras providências.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça analisando o seu aspecto constitucional e legal.

No âmbito desta Comissão de Finanças, chamada a opinar sobre o aspecto financeiro, temos que, conforme estabelece o Projeto de Resolução o preenchimento dos cargos será através de funcionários já contratados por este Poder Legislativo, não havendo assim comprometimento com a parte financeira que vá implicar em maiores encargos com o pessoal.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de setembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente;

ANTÔNIO ANNIBELLI — Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando o adiamento por 3 (três) sessões da votação do Projeto de Resolução nº 20/84.— **Aprovado.**— Fica, portanto, adiada a votação do Projeto de Resolução nº 20/84, por 3 (três) sessões.

O SR. PRESIDENTE (Odeni Mongruel)— Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente, solicitando a dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei nº 192/80.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro dos Transportes e Secretário dos Transportes, encarecendo a mudança dos critérios que determinam a pesagem das cargas existentes em caminhões nas balanças de fiscalização.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a destinação de materiais para o CEMIC.

Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade, no Município de Moreira Sales.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a implantação do sistema de microbacias no Município de Nova Cantu.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a destinação de materiais para a Escola Estadual Pedra Pintada, no Município de Peabiru.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a implantação de um posto telefônico na localidade de Três Vendas, Município de Fênix.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo agilização às medidas destinadas à incorporação pelo BANESTADO, dos funcionários dos Bancos Habitasul e Sulbrasileiro no Estado do Paraná.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário do Município de Grandes Rios.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo reforma total na Escola Estadual Rural de Palmital, no Município de Cândido de Abreu.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Presidente do Tribunal de Justiça e Procurador Geral da Justiça, encarecendo urgência na fixação dos vencimentos dos cargos iniciais da magistratura e do Ministério Público em valores mais condignos.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a implantação de mais um reservatório de água na Vila Bela, Município de Cândido de Abreu.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio



de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encaminhando cópia de telex transmitido pela Cooperativa Agrícola de Irati, reivindicando isenção permanente de ICM sobre produtos perecíveis.—

**Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando dispensa da publicação da Redação Final para o Projeto de Lei n.º 192/80, aprovado na sessão de hoje, sem emendas no decurso de sua votação.— **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 170/84.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 179/84.

Levanta-se a sessão.

#### 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA ATA DA 2.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 1985. (QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Odeni Mongruel, secretariada pelos Senhores Deputados Homero Oguido e Adhail Sprenger Passos.

Às quinze horas e trinta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Squarezzi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Aníbal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Tércio Albuquerque, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

#### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Odeni Mongruel) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do

#### EXPEDIENTE:

O SR. PRESIDENTE — (Odeni Mongruel) Não havendo expediente a ser lido,

Passa-se à  
ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 178/84, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que estabelece critérios para contratação de apresentações artísticas em feiras agropecuárias e outros eventos, na forma que especifica. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade.

PROJETO DE LEI N.º 178/84  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Nas feiras agropecuárias e rurais patrocinadas pelo Governo do Estado, ou nas que o Governo venha a participar, através de convênios com os municípios, como também nos eventos comemorativos de aniversários das cidades que envolvam presenças de artistas, serão estabelecidos critérios obrigatórios para as contratações.

Art. 2.º — Serão considerados artistas, todos aqueles que estiverem filiados à Ordem dos Músicos do Brasil, Conselho Regional do Paraná, Sindicato e Associação da respectiva classe e em dia com suas obrigações para com os referidos órgãos.

Art. 3.º — Através de Decreto a ser baixado pela Secretaria da Agricultura e Secretaria da Cultura e Esporte, trinta (30) dias após a publicação desta lei, serão regulamentados o previsto nos artigos 1.º e 2.º.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Sala das Sessões, 06/03/84.

(a) TADEU FRANÇA.

#### JUSTIFICATIVA:

A medida ora proposta tem exclusivamente a finalidade de valorizar a classe

artística paranaense, incentivando-a na preservação de nossos valores.

É dever do Poder Público prestigiar e colaborar para que a nossa cultura artística tenha condições de prosperar e competir com a dos demais centros culturais do País.

A música popular paranaense deve receber, principalmente do Governo do Estado, um incentivo para que possa assim se elevar e despontar como um valor paranaense no cenário artístico nacional.

Com isso, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares, com assento nesta Augusta Casa de Leis para a proposição ora apresentada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N.º 178/84

VOTO

O ilustre Deputado Tadeu França pretende através deste projeto de lei prestigiar o artista paranaense, tornando obrigatória a contratação de 70% deles, nos espetáculos que vierem a ser realizados em feiras agropecuárias e nos "eventos comemorativos de aniversários das cidades".

Quanto ao mérito a iniciativa merece elogios.

Porém, salvo melhor juízo, o projeto extrapola a competência deste Legislativo, pois, cria norma de caráter imperativo a ser obedecida pelos municípios paranaenses. Implica o presente plano de lei em ingerência nas administrações municipais.

Por isso, considero o projeto inconstitucional.

É o meu voto.

Sala das Comissões, em 23/10/84.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;  
EDMAR LUIZ COSTA - Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando a retirada por dez (10) sessões, do Projeto de Lei n.º 178/84, de autoria do Senhor Deputado Tadeu França. Aprovado. Fica, portanto, retirado por dez (10) sessões, o Projeto de Lei n.º 178/84.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.